



O presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Marcio Coriolano, chamou a atenção para o fato de o seguro precisar ser verdadeiramente colocado no centro das reformas estruturais para o crescimento sustentável do País. Ele assinalou que esta lacuna implicou, historicamente, que País não contasse com a contribuição do seguro em seu papel de ancoragem das políticas econômicas de longo prazo, afetando assim a resiliência da economia brasileira. As declarações de Marcio Coriolano ocorreram durante a solenidade de abertura do 24º Encontro Nacional FenaPrevi, realizado na Bahia, de quinta-feira (13) até domingo, 16.

- Olhando o histórico da nossa atividade, faltou-nos mais sorte, que é um ingrediente importante do sucesso. Por que digo isso? Porque com os planos de estabilização, os seguros tiveram desenvolvimento inédito. Mas, as políticas econômicas de estabilização - e seus efeitos sociais - drenaram toda a atenção para a dimensão financeira, retirando espaço da visão dos formuladores para a contribuição do setor de seguros em seu papel de ancoragem das políticas no longo prazo. Já nos governos Lula e Dilma, o setor também avançou, mercê do ciclo de crescimento pela via da demanda, ganhos de renda média e desconcentração geográfica. Mas a efetiva inclusão da dimensão dos seguros nas políticas públicas não aconteceu, prejudicando a sustentação do desenvolvimento- afirmou ele.

Marcio Coriolano declarou-se um otimista incorrigível, vendo um quadro positivo para a atividade, em virtude da recuperação dos fundamentos econômicos, a diretriz da liberdade de empreender e um ambiente regulatório geral de desburocratização. "O comportamento da demanda por seguros tem sido muito impressionante, principalmente a preferência pela proteção da vida, formação de previdência privada e saúde suplementar", disse ele, ao destacar que, entre 2008 e 2018, a participação da cobertura de pessoas passou de 30% para 34% do total da arrecadação, enquanto saúde suplementar, de 42% para 45%.

Marcio Coriolano finalizou seu discurso lembrando que "os setores de seguros e previdência somam mais de R\$ 2 trilhões de garantias - as chamadas provisões técnicas - investidas em ativos que representam metade da dívida pública consolidada brasileira". "E podemos contribuir mais", concluiu.

Fonte: CNseg, em 15.02.2020